

EDITORIAL

O PAPEL SOCIAL DA CIÊNCIA E O IDIOMA DAS PUBLICAÇÕES CIENTÍFICAS

O conhecimento, base elementar para o desenvolvimento de uma sociedade, é produzido essencialmente dentro das universidades e institutos de pesquisa, sobretudo naqueles de personalidade jurídica pública. Embora parte desse conhecimento seja de interesse e transcendência global, outra parcela, nem menor nem menos importante, tem maior relevância para interesses e necessidades locais. Entretanto, independente da amplitude espacial de abrangência, não há dúvida que o saber deve ser transformado em riqueza coletiva.

Aqui caberia indagar: a que riqueza(s) estamos fazendo referência? Social? Econômica? Ambas?

Para que a pesquisa produzida adentro dos muros da academia se transforme em bem comum é necessário estabelecer uma ponte que consolide o trânsito de saberes entre a academia e a sociedade. Uma das estratégias para a sustentação dessa comunicação está no fortalecimento das parcerias público-privadas em que o estímulo na busca de novos produtos e/ou processos dentro da academia esteja alicerçado por uma política de estímulo ao registro de patentes como indicador da produção científica. Esse modelo, de lógica positivista e, obviamente, neoliberal, atende as necessidades de translação em áreas como o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, produção de alimentos, engenharias em geral, biotecnologia, ainda que não mude o quadro de acumulação de riqueza individual.

Mas o benefício gerado pela pesquisa científica vai muito além daquele passível de, imediatamente ou mesmo em algum momento, ser transformado em processo ou produto de interesse capitalista. A saúde é um excelente exemplo de área onde o novo, além de sustentar a geração de novos produtos e processos, também deve fazer a transferência do saber produzido pela pesquisa para o setor operacional, promovendo a incorporação tecnológica e a qualificação nos serviços de saúde pública, o que, em última análise, promove o bem-estar coletivo.

A visibilidade do novo acerca de prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças é, em sua quase totalidade, dada a público através de artigos divulgados em revistas científicas de circulação internacional, mormente os de língua inglesa. Por quê? Porque o inglês é o idioma mundial da ciência,

como foram em outros tempos o francês e o alemão, refletindo um domínio econômico e cultural. Com essa lógica, a de publicar num idioma estrangeiro, alicerça-se um dos mais importantes pilares da pós-graduação no Brasil, onde a produtividade dos seus pesquisadores é mensurada pela quantidade e qualidade das publicações.

Considerando que a maioria de nossa população, aqui incluídos trabalhadores de saúde, não lê, fala ou escreve em inglês, uma parcela importante dos profissionais de saúde envolvidos com a saúde pública fica alijada do melhor do saber científico produzidos no país. Isso estabelece uma lógica perversa em que o conhecimento gerado com fomento público não chega aos atores responsáveis pelo labor na saúde pública e, em última análise, não traz o benefício coletivo, distanciando a ciência do desejável controle e apropriação social desse saber.

Nesse sentido, as revistas científicas nacionais, com artigos escritos em português, devem ser fortalecidas através de um estímulo à qualificação do seu conteúdo e, como consequência, uma concreta valorização da publicação nestas revistas. Como disse Edgar Morin: “Há uma interação inaudita entre a pesquisa e o poder”, e o Estado, como detentor do poder, tem os meios necessários para promover essa indução.

Prof. Dr. Pedro Eduardo Almeida da Silva
Faculdade de Medicina
Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde
e Programa de Pós-Graduação em Enfermagem
Universidade Federal do Rio Grande – FURG